

RECENSÕES

MACQUARRIE, John: **God-talk. El análisis del lenguaje y la lógica de la teología** (Coleção "Verdad e imagen" 42). Tradução castelhana do original inglês por M. Bermejo Garrido. 306 pp., 19 x 12 cm, Ediciones Sígueme, Salamanca (Espanha) 1976.

Os dois primeiros capítulos introduzem ao problema da linguagem teológica. M. procura lembrar que a questão foi reconhecida sempre e em todas as religiões (cap. 1: 11-37), hoje, porém, ocupa lugar central nas discussões teológicas (cf. Bultmann, Barth e Tillich) cap. 2: 38-65).

Dada a complexidade do problema e a divergência de opiniões entre os teólogos, M. tenta primeiro uma reflexão filosófica sobre a linguagem. Uma fenomenologia da linguagem a mostra contextualizada no discurso que é a relação entre três termos (a pessoa que diz algo, o objeto sobre que se diz algo e as pessoas a quem se diz) (cap. 3: 66-94).

Dentro desta perspectiva qual o lugar da linguagem teológica? O discurso sobre Deus (sua expressão, representação e comunicação) se desenvolve no contexto da "existência total do homem". O vocabulário teológico não é simplesmente emotivo nem conativo (cap. 4: 95-123).

Antes de passar da análise do vocabulário à análise dos tipos de discurso teológico, M. faz uma digressão sobre a relação entre teologia e empirismo lógico (filosofia analítica da linguagem), onde mostra as atuais possibilidades de diálogo entre ambas (cap. 5: 124-148).

A partir do "De Incarnatione" de S. Atanásio, M. explicita os diversos tipos de discurso teológico. Sem pretender uma classificação completa, M. encontra 6 a 9 tipos diversos (cap. 6: 149-177).

O seguinte capítulo trata da possibilidade de transpor um tipo de discurso em outro, ou seja, o problema hermenêutico (cap. 7: 178-202). Depois de indicar seis características de toda interpretação, apresenta a interpretação que Heidegger dá a três poemas em três fases diferentes de sua filosofia.

Os últimos capítulos são dedicados ao estudo das características de cada um dos tipos fundamentais de discurso teológico e de sua relação com os

outros, bem como à busca da "lógica" comum que está à base de todos os tipos de discurso teológico. Assim o cap. 8 (203-230) estuda o tipo mítico de discurso, concluindo pela importância de uma tradução existencial do mito, embora haja no mito um núcleo irredutível. Essa conclusão remete ao estudo do discurso simbólico (cap. 9: 231-254). Também aqui: "O símbolo nos ilumina níveis de significado e da realidade por caminhos a que a linguagem conceptual talvez não pudesse chegar, sobretudo se é abstrata", mas por outro lado: "sem a elucidação conceptual do significado do símbolo, este deslizaria a uma obscuridade total e não poderia desempenhar sua função" (243). Por isso, embora reconhecendo o valor existencial do símbolo, se faz necessário considerar também a analogia e o paradoxo como formas de discurso teológico (cap. 10: 255-277). Para M. a linguagem analógica não é um falar vazio, mas está relacionada com o ser divino, embora devamos ter presente que se deve entender a analogia dialeticamente e "que Deus transcende tudo o que nossas mentes sejam capazes de alcançar" (277). Dada a importância atual do empirismo, M. dedica um capítulo à linguagem empírica que também está presente na teologia (argumentos da teologia natural, Jesus histórico, milagres/profecias, experiência religiosa, vida a par-

tir da fé) (cap. 11: 278-286). O capítulo final (12: 287-299) tem caráter de conclusão: a "lógica básica da teologia" é a linguagem ontológico-existencial. O adjetivo "existencial" diz da capacidade dessa linguagem para descrever as estruturas da existência humana e referir a ela suas afirmações. O adjetivo "ontológico" nega que por sua referência à existência humana a linguagem teológica seja puramente subjetiva. Mas M. não crê que haja "forma de provar que as afirmações da fé e da teologia se referem a uma realidade (Deus) 'independente de' e 'anterior à' experiência que chamamos 'experiência de Deus'" (294).

Embora originário do ambiente anglo-americano, o livro de M. quase não aborda o problema da linguagem teológica em diálogo com as críticas da filosofia analítica da linguagem (exceto na digressão do cap. 5) e sim evocando freqüentemente - o recenseador às vezes se perguntava se com razão - a filosofia de Heidegger. O resultado é bastante pobre, pois não se vê que a afirmação do cap. 12 seja suficientemente fundada e o problema realmente pensado. Aliás, parece que o próprio autor está consciente disto ao concluir seu livro com a afirmação: "quando submetêssemos essa linguagem e seu discurso de um modo mais crítico a análises e provas semelhantes às que ideamos, creio que resistiria

e passaria por todas elas incólume com sua pretensão à validade" (299, grifo do recenseador). Não obstante há capítulos instrutivos (especialmente: cap. 3, 5 e a parte do cap. 9 referente ao simbolismo da luz). De resto, pergunta-se pela oportunidade

de publicar em 1976 um livro que não é nenhum clássico e cujo original tem "copyright" de 1967. A problemática teológica mudou bastante desde então. E também as vias de solução.

Francisco Taborda

SCANNONE, Juan Carlos: **Teología de la liberación y praxis popular. Aportes críticos para una teología de la liberación**. 258 pp., 18 x 12 cm, Ediciones Sigueme, Salamanca (Espanha) 1976.

Sc. reúne neste volume oito artigos anteriormente publicados em diversas revistas latino-americanas e européias. Neles Sc. desenvolve seu pensamento teológico e filosófico na perspectiva latino-americana da libertação. A obra é prova da maturidade a que já chegou esse tipo de pensamento.

Originalmente publicado em alemão, na revista suíça *Orientierung* (cf. 10), o capítulo inicial (13-25), tem caráter introdutório: "A teologia da libertação: uma contribuição latino-americana à teologia".

O tema do cap. II (29-51) é o binômio teologia e política. Sc. nega-se a relacioná-las numa identificação dialética, como em Hegel e Marx, onde escatologia e história são "meros momentos de uma totalidade fechada" (39). Em vez disso, Sc. pensa a unidade de ambas segundo as categorias do dogma cristológico de Calcedônia: "a história é 'inconfusa e indivisamente' opção

política e opção de fé" (49; no mesmo sentido: 55ss, 84 ss).

Dentro da mesma perspectiva, o cap. III (53-62) pensa a relação entre teologia (fé) e ideologia. É falso querer uma teologia impassível, imune a toda contaminação ideológica, porque o teólogo "não pode escapar da história concreta, política e conflitiva em que se move o homem" (59). A função da teologia será assim realizar um discernimento que liberte as interpretações sócio-analíticas, as utopias e a opção política para serem o que elas devem ser, isto é, para não se absolutizarem.

O cap. IV (63-95), Sc. o considera no prólogo "um dos principais deste livro" (11). De fato, ele explicita aí sua posição no conjunto das diversas correntes da teologia da libertação. Sc. contrapõe "a teologia da libertação em sua vertente mais ou menos influenciada pelas categorias ou pelo método marxista

de análise e transformação da realidade" (75) à que se elabora prevalentemente a partir dos valores da cultura popular em todas as suas dimensões, entendendo a cultura popular como práxis do povo de Deus. Embora reconhecendo os méritos da primeira corrente, Sc. declara-se pela segunda, porque serve "mais à unidade na justiça", porque é "mais radical e compreensiva, possibilita a maior integração dialética das outras opções e de seus valores" (77-78) e porque "adota o enfoque do oprimido latino-americano de hoje", oprimido sobretudo "em seu poder de decisão sobre sua história" (79). Para Sc. a teologia é a explicitação e articulação reflexiva e crítica da sabedoria teológica popular e se destina principalmente não a "cristãos de vanguarda", mas ao "povo fiel" (cf. 68-69).

O cap. V (97-126), com que se encerra a primeira parte (artigos de cunho mais teológico), ilustra o dito anteriormente sobre a diversidade de correntes na teologia latino-americana. Sc. analisa sob esse ponto de vista manifestações destacadas da vida da Igreja que tipificam a divergência: o pensamento do Mons. Derisi, de grande influência na Igreja argentina e que - com um chavão - chamaríamos de pré-conciliar; um documento de trabalho do episcopado chileno, de abril de 1971, de cunho pós-conciliar europeu; o documento do episcopado peruano,

de agosto de 1971, para o Sínodo dos Bispos, onde é assumida a teologia da libertação; e a declaração final do primeiro encontro de cristãos para o socialismo (abril de 1972), que desenvolve uma teologia da libertação de inspiração marcadamente marxista.

A segunda parte contém artigos de cunho filosófico, mas constituindo uma contribuição à teologia. O cap. VI (133-186), para o recenseador um dos pontos altos do livro, desenvolve a "ontologia do processo autenticamente libertador" (subtítulo). Analisando diversos projetos históricos propostos na e à América Latina, Sc. indica a ontologia (concepção de ser e tempo) subjacente a cada um desses projetos, que exatamente por pressuporem tal ontologia não são libertadores. Em contrapartida, Sc. desenvolve uma dialética tridimensional, mostrando que a bipolaridade opressor-oprimido só deixará de simplesmente inverter-se e, portanto, só será rompida pela introdução da figura do "irmão" ou do "terceiro", que faz a mediação entre opressor e oprimido. Ele dessitua assim a dialética do plano da "vontade de lucro e poderio" para pô-la no plano do reconhecimento do outro enquanto outro (isto é: como pessoa, na sua pobreza de pessoa). Só essa dialética tridimensional leva em consideração as três dimensões do tempo (passado, presente, futuro) e

a analogicidade do ser (abertura para a transcendência, enquanto esta se manifesta no rosto do outro, do pobre). Será interessante observar ainda que o "terceiro", o "irmão" não são as "elites esclarecidas" que trazem seu projeto pronto para impor ao povo uma revolução, mas aqueles que levam o povo a conscientizar-se para tomar em mãos a liderança do processo de libertação (cf. 180-181).

A partir de uma análise crítica do pensamento sobre Deus na história da filosofia, o cap. VII (187-216) procura um itinerário reflexivo "para chegar ao Deus vivo e libertador, o da religião, da práxis, da história, e não a um mero conceptualizado 'deus dos filósofos' " (216). Esse itinerário não é só de reflexão, senão que parte de uma experiência que se expressa como "prova". Desde a perspectiva latino-americana Sc. descobre essa experiência, primeiro como encontro com Deus no rosto do pobre, depois como vivência de Deus em seus sinais salvíficos manifestos na biografia pessoal ou na história do povo, por fim - essa terceira via é apenas indicada - nos símbolos culturais do povo latino-americano.

A descoberta do Deus vivo deverá ser expressa numa linguagem da transcendência, linguagem essa mediada pela práxis libertadora (cap. VIII: 217-252). O problema da linguagem da transcendência é primeiramente analisado a partir da his-

tória da filosofia. Procurando situar-se na pós-modernidade e inspirando-se em Blondel e Levinas, Sc. estabelece características de uma linguagem latino-americana da transcendência.

Ponto de partida dessa linguagem é o questionamento levantado pelo "rosto do pobre". A expressão, tomada de empréstimo a Levinas, é modificada pela perspectiva latino-americana, já que no caso o "pobre" não é visto numa mera relação interpessoal, mas numa relação social como as massas estruturalmente oprimidas. O "pobre" é o povo enquanto oprimido (aspecto negativo) e, no entanto, frente à possibilidade de superar a opressão (abertura para a positividade plena). Segunda característica da linguagem latino-americana da transcendência: questionando a racionalidade moderna, essa linguagem da transcendência a desmascara enquanto ideológica. O logos que resulta dessa crítica será "a articulação reflexiva e crítica... da memória, sabedoria e projeto histórico populares" (249). A linguagem da transcendência terá, pois, as duas características próprias da linguagem analógica: negatividade crítica (não só enquanto critica a pós-modernidade, mas também enquanto se deixa criticar ético-politicamente pelo pobre) e simbolicidade aberta "historicamente determinada e praticamente eficiente do que significa" (252, grifado pelo autor).

Também nestes dois capítulos de teologia filosófica se vê a perspectiva própria a Sc.: a teologia da libertação deve saber ler e expressar a sabedoria do povo latino-americano. Aliás, o próprio título do livro já resume seu programa.

A apresentação da obra já é por si só uma recomendação.

Resta almejar que Sc. possa levar adiante o programa que aqui se propõe e brinde a teologia e a filosofia com novas obras desse gabarito e dessa originalidade.

Francisco Taborda

BIGO, Pierre: *La Iglesia y el Tercer Mundo* (Materiales, 14), trad. do francês por Ezequiel Rivas. 304 pp., 21.5 x 13.5 cm., Ediciones Sigueme, Salamanca 1975.

Contra o que o título poderia sugerir, o livro não trata preferentemente nem da Igreja nem do Terceiro Mundo. É antes uma tentativa de análise concreta, à luz dos princípios cristãos, da realidade social atual e das perspectivas de construção de uma sociedade mais justa. É verdade que a maior parte dos exemplos que aduz referem-se ao Terceiro Mundo, mas o quadro histórico que o autor delinea e as diversas opções que para o futuro se apresentam não são exclusivas de uma região do globo. Igualmente, à parte um brevíssimo capítulo de seis páginas ("A violência da Igreja"), o que se focaliza não é a ação da Igreja como instituição, mas a dos cristãos.

Na sua análise histórica, Bigo começa por mostrar uma certa convergência de todas as lutas libertadoras que, através das "três revoluções" - capitalista,

socialista, comunitária ou "cultural" - confluem no nosso tempo. É esta, talvez, a parte mais lograda do livro. Nela, o autor consegue mostrar que, embora aparentemente antagônicos, esses movimentos podem contribuir para uma síntese superior, numa sociedade mais justa. O específico do Terceiro Mundo, neste caso, é que, muitos países, precisam fazer, de uma só vez, duas ou três revoluções.

A segunda parte - "Leitura bíblica: dimensão política da fé" - é bastante sugestiva. Apoiando-se na idéia da "sacramentalidade" do mundo, ou seja da sua transparência do transcendente, faz uma crítica serena de todas as ideologias, antigas ou modernas, que idolatram os valores intramundanos. Neste sentido, Bigo é partidário de uma sadia mas radical secularização, porque o mundo não é sagrado em

si mesmo, mas apenas deixa entrever o único sagrado: Deus. Como é natural, esta crítica atinge também a Igreja que, às vezes, se tornou opaca, em lugar de transparente. Gostaria, contudo, que as reflexões de Bigo, sobretudo no que tange a Igreja, fossem mais concretas; menos no plano das idéias e mais no das instituições palpáveis. Dá a impressão de que o autor tem medo de identificar as tentações e infidelidades do nosso tempo.

A terceira parte, ao fazer uma nova leitura de Marx, Bigo tem a honestidade suficiente para reconhecer as intuições verdadeiras que se encontram na análise marxista. Mas também é suficientemente lúcido para mostrar as contradições internas desse sistema de pensamento e as aberrações a que conduziu na prática. Embora faça referências explícitas às correções aportadas pelos neo-marxistas, creio que teria sido oportuno examinar com maior profundidade o pensamento de Althusser, Garaudy e tantos outros que, nos últimos tempos, tentaram reler Marx, sem preocupar-se demais com a fidelidade ao seu pensamento original. Porque, de fato, o que aparece no Terceiro Mundo é um marxismo digerido pelos neo-marxistas.

A quarta parte do livro, ao pretender traçar as linhas de uma nova opção para a sociedade, adota uma seqüência inversa à do acontecer histórico:

dimensão comunitária, dimensão socialista e dimensão democrática. Bigo aparece aqui com uma idéia bastante clara daquilo que deseja, uma sociedade onde essas três dimensões se conjuguem harmonicamente. A dificuldade, porém, está na operacionabilidade desse projeto. Sobre o autor parecem exercer um certo fascínio as experiências jugoslava e peruana. Por isso, a sua idéia dá a impressão de desembocar numa espécie de socialismo autogestionário, cujas raízes ele parece encontrar no regime corporativo descrito na *Rerum novarum*. É claro que a referência ao "corporativismo" está cheia de reticências, pelos receios que a sua realização histórica - se é que verdadeiramente houve realização - levanta. Por isso, Bigo adota, finalmente, a denominação de comunitária para a sociedade que projeta para o futuro.

Umhas breves páginas de conclusão acabam por mostrar aquilo que dizíamos no início: "A revolução do Terceiro Mundo é, na realidade, a revolução do mundo, quando ela é considerada em toda a sua dimensão".

O livro de Bigo é uma boa tentativa de traçar os rumos de um possível engajamento cristão - solidário e não antagônico - na construção da sociedade do futuro, mais justa e, por isso mesmo, mais cristã.

J. Hortal, S.J.

VALL, Héctor: *Iglesias e Ideología Nazi. El sínodo de Barmen (1934)* (Materiales 12) 364 pp., 21,5 x 13,5 cm., Ediciones Sígueme, Salamanca (Espanha) 1976.

Trata-se de uma tese doutoral, elaborada no Instituto Católico de Paris, sob a direção de René Marlé. O tema, como o título indica, é o início da chamada "Igreja Confessante", surgida no seio das Igrejas Evangélicas Alemãs, como movimento de resistência à montante maré nazi. VALL traça inicialmente um quadro das atitudes assumidas pelas Igrejas Evangélicas Alemãs perante a ideologia nacional-socialista. Como é natural, destaca, de modo especial, o movimento dos "Cristãos alemães" e a constituição da "Igreja Evangélica Alemã" (DEK). Passa, depois, a examinar o movimento de resistência à instrumentalização do cristianismo pelo nazismo, centrando o seu interesse na "Declaração teológica" do Sínodo de Barmen. Neste ponto, a sua análise se faz prolixa, até repetitiva em alguns pontos. Uma terceira parte está dedicada à evolução posterior da "Igreja confessante", à partir das repercussões da declaração de Barmen. Em apêndice são recolhidos os documentos mais importantes relativos ao tema em questão.

O rigor científico, próprio da dissertação doutoral, e a multiplicidade de questões teológicas implicadas na Declaração de Barmen, fazem com que o livro não seja de fácil leitura.

Para compreender certos matices de doutrina teológica (senhorio universal de Cristo, justificação pela graça, etc.) é necessário estar familiarizado com a teologia protestante clássica e moderna. O autor, porém, conseguiu aliviar a aridez de certas matérias, entremeando os fatos históricos com as questões doutrinárias.

Contra o que poderia pensar-se, o livro é de uma surpreendente atualidade. Evidentemente, não pela doutrina nazista nele examinada, mas pela semelhança ou analogia das posições tomadas naquele momento por certos cristãos alemães "patriotas" e as que hoje assumem conhecidas correntes da assim chamada "teologia política". Lendo as declarações dos "Cristãos Alemães", a gente tem a impressão de estar perante um texto da atualidade. Eles pretendiam uma inserção das igrejas evangélicas na realidade política circundante ou, melhor, no processo de libertação do povo alemão que, com toda a razão, se sentia oprimido pelos injustos tratados de Versalhes. E como o movimento que, naqueles tempos, parecia encarnar essa libertação era o nacional-socialismo, não duvidavam em colocar-se ao lado dele. Procuraram inclusive uma justificação bíblica do racismo,

através da teoria das ordens da criação. E, no seu afã de construir um "cristianismo positivo", chegaram a deixar quase marginalizada a própria figura de Cristo: o povo alemão deveria ser o protagonista da libertação. Ora, se em lugar do povo alemão colocarmos simplesmente o povo ou uma determinada classe social, teremos algo de muito semelhante a certas tendências atuais. É nesse contexto que as teses do Sínodo de Barmen cobram hoje uma nova atualidade. As inumeráveis teologias políticas - de ontem e de hoje - procuram a sua base

numa revelação de Deus na História. Frente a essa concepção, o Sínodo de Barmen, com a sua tradição protestante, acentua a primazia, ainda mais, a exclusividade da Palavra de Deus contida nas Sagradas Escrituras.

Creio que pagaria a pena um estudo comparativo entre as posições assumidas pelos "Cristãos Alemães" e as atualmente sustentadas no seio de certos setores do catolicismo. O livro de VALL pode ajudar em grande medida a realizar esse estudo.

J. Hortal, S.J.

KÜNG, Hans: **O que deve permanecer na Igreja.** Meditações teológicas. Tradução de Orlando dos Reis do original alemão. 52 pp., 20 x 12 cm. Editora Vozes, Petrópolis, RJ. 1976.

Neste pequeno opúsculo, o autor de uma das obras principais de eclesiologia dos últimos tempos ("Die Kirche", 2 volumes), faz um balanço das mudanças que ocorreram na Igreja pós-conciliar, interrogando-se sobre o que deve permanecer na Igreja em todas estas mudanças. Inicia expondo os pontos positivos e negativos que existem hoje, na Igreja, após a renovação pós-conciliar. Depois procura delimitar o tema, precisando sobre o que não gostaria de discutir. Não porque não sejam importantes, mas porque algumas coisas se podem considerar supostas. A questão cen-

tral consiste em saber o que é central na Igreja. Muitas realidades que existem na Igreja não são a alma da Igreja, nem tem necessidade absoluta que permaneçam. A Igreja não perdeu a sua alma porque muita coisa mudou. Qual é a alma da Igreja? O que é especificamente cristão na mensagem da Igreja? O que deve permanecer na Igreja?

Se soubermos o que é a característica que distingue o cristão, também saberemos o que deve permanecer necessariamente. O que permanece; o distintivo cristão; a alma da Igreja, não é uma idéia, um princípio,

uma verdade mas uma pessoa: Jesus Cristo.

Cristão não é tudo o que é verdadeiro e bom, nem é todo homem de boa fé e boa vontade, nem são todos os grupos bem intencionados, porque tudo isto também existe fora do cristianismo. Mas o que distingue um do outro é a sua relação a Cristo. A questão difícil é esta: em que Cristo se pensa?

O autor procura então, explicitar que Cristo é este. Aquele que se revelou aos homens de seu tempo e que nos foi legado nos evangelhos. A mensagem deste Cristo é uma resposta e um impulso à solução dos graves problemas que afligem a sociedade e a Igreja.

J.R. Junges S.J.

RAMOS - REGIDOR, José: El sacramento de la penitencia. Reflexión teológica a la luz de la biblia, la historia y la pastoral. (Coleção "Lux Mundi" 40). Tradução castelhana do original italiano por Alfonso Ortiz. 466 pp., 21,5 x 14 cm, Ediciones Sígueme, Salamanca (Espanha) 1975.

R. - R. introduz sua obra, explicando como entende o método da teologia e como se deve desenvolver um tratado atual sobre o sacramento da penitência (15-32). De acordo com isso, a primeira parte do livro será dedicada a uma descrição da situação atual: a crise por que passa a penitência na vida da Igreja e as tentativas de solução apresentadas (41-55). Em seguida o autor resume em dois capítulos os princípios gerais atualizados da teologia sacramental (56-89) e da teologia do pecado (90-122).

A segunda parte vai buscar na Escritura as raízes últimas da teologia do quarto sacramento. O AT e o judaísmo extrabíblico (127-131) indicam o horizonte para melhor compreender "a conversão e reconciliação do

cristão pecador" (132-167). Neste capítulo de grande importância R. - R. trata de todos os textos clássicos para a compreensão do sacramento da penitência. O recenseador teria desejado maior rigor crítico na análise dos textos. Por que não distinguir mais claramente a teologia paulina da teologia pós-paulina (R.-R. parece distinguir autores - cf. 143 -, mas chama o conjunto de "teologia paulina"), a "teologia" jesusânica da teologia dos Evangelistas etc.? Por que não levar mais em consideração a evolução histórica intraneotestamentária e mesmo aceitar como hipótese os resultados mais extremos da crítica exegética para, a partir dessa base mínima, tentar construir a teologia da penitência?

A terceira parte é uma "breve

síntese da história do sacramento da penitência" (169-297), dividida em quatro capítulos: até o séc. VI, a evolução a partir dos séc. VI-VII, Reforma e Concílio de Trento, pastoral e teologia pós-tridentinas.

A quarta parte constitui uma síntese sistemática (299-409), onde o sacramento da penitência é explicitado como um acontecimento pascal (313-326), de dimensão eclesial (327-346) e pessoal (347-365). Por fim, o sacramento da penitência é localizado na economia sacramental, em sua relação com a eucaristia, o batismo e a unção dos enfermos (366-381). Conclusões teológico-pastorais muito válidas (382-408) concluem a obra.

Reconhecendo todo o mérito dessa sistematização atualizada e inteligente, o recenseador não pode deixar de confessar que em certos pontos a obra poderia ter alcançado mais. A dimensão eclesial, por exemplo, é reconhecida e acentuada, inclusive em seu caráter de meio: "Reconciliação com Deus através da reconciliação com a Igreja" (329-332, grifo do recenseador). Mas R.-R. não pensa até o fim essa dimensão eclesial. Seu esquema mesmo o mostra: primeiro trata da penitência como acontecimento pascal e aí entra a reconciliação com Deus: 320 ss) e só no seguinte capítulo aborda a reconciliação com a Igreja. Desta forma os dois aspectos da reconciliação são

apenas justapostos e não pensados até o fim em sua mútua relação.

O recenseador lamenta também que uma reflexão mais atualizada sobre o sacramento da ordem não se tenha feito sentir no tocante ao problema sacerdócio dos fiéis - sacerdócio hierárquico. Como conseqüência são necessários grandes malabarismos para explicar por que o padre - e não qualquer outro membro da Igreja - reconcilia o pecador com essa mesma Igreja. Apesar da longa citação de Langemeyer (377 s), o leitor não consegue ver por que o padre não seria contudo "uma espécie de feiticeiro". O que falta aqui, estorva toda a concepção de R.-R. sobre o sacramento da penitência, concepção essa que, de resto, na opinião do recenseador, é demasiado cítica.

Mencione-se ainda criticamente o modo como R.-R. desenvolve a dimensão trinitária do sacramento da penitência (325 s). R.-R. parece conhecer apenas a Trindade imanente. Daí resultam as páginas talvez mais fracas de sua obra.

Também a relação do sacramento da penitência com a unção dos enfermos (378-381) deixa muito a desejar. R.-R. não se decide entre a concepção escatológica e a concepção terapêutica da unção dos enfermos. Por isso analisa a questão em relação às duas concepções. Entretanto, a concepção terapêutica

que o recenseador prefere com a maioria dos teólogos atuais, não parece bem entendida por R.-R. que a interpreta demais no sentido da vitória física sobre a enfermidade e não parece dar-se conta de que a vitória psicofísica é que está em primeiro plano.

Dois apêndices completam a edição espanhola. O primeiro traz as normas pastorais da Sagrada Congregação para a Doutrina da Fé sobre a absolvição sacramental geral (410-415) e trechos das diretivas da Conferência Episcopal Canadense, de 13.10.72, (415-417) e da Conferência Episcopal Alemã (417-418). O segundo apêndice é uma apresentação crítica do novo "Ordo Paenitentiae" por C. COLLO (419-448). A análise do novo ritual mostra seu valor positivo na abertura de pistas para

uma nova visão do sacramento como sacramento da reconciliação, embora sem levar essa perspectiva até suas últimas conseqüências. O artigo de Collo caracteriza-se por uma crítica perspicaz e pertinente ao novo "ordo". Mesmo o ponto mais criticado (a timidez com que abre a possibilidade de substituir a confissão auricular pela celebração comunitária com absolvição geral) é valorado com equilíbrio e lucidez.

Enfim, trata-se de um livro valioso, sumamente recomendável para quem quer uma visão atualizada e equilibrada do quarto sacramento. As críticas antes apontadas não tiram o grande valor da obra como conjunto. O recenseador só a pode recomendar vivamente.

Francisco Taborda

HEIMERL, Hans: El sacerdote secularizado. Su situación jurídica. (Col. "Controversia", 20). 109 pp, 20 x 12,5 cm, Editorial Herder, Barcelona (Espana) 1975.

O original alemão ("Der laisierte Priester") apareceu em 1973 na Editora Styria, Graz, Áustria. Um canonista procura delinear aqui a situação jurídica e social do sacerdote que por causa, principalmente, do celibato abandonou o ministério sacerdotal, pedindo dispensa à S.Sé. Trata igualmente o caso dos que não a pediram.

Até 1964 valiam neste setor as disposições do Código do

Direito Canônico. A partir de 2 de fevereiro desse ano começou uma evolução jurídica a respeito do processo de secularização de um padre. Ela chegou ao termo atualmente em vigor com a Circular da S. Congregação pela Doutrina da Fé do dia 13 de janeiro de 1971, enviada aos Bispos e Superiores Gerais e depois publicada nos ASS 63(1971) 303-308; a 26 de junho de 1972, AAS 64

(1972) 641, receberam ainda uma interpretação autêntica. No intervalo entre as duas datas celebrara-se em Roma, no mês de Outubro de 1971, o Sínodo Episcopal sobre o tema do sacerdócio. Referindo-se ao "sacerdote que deixa o exercício do ministério", o Sínodo determina que "seja tratado com equidade e caridade fraterna" ("aeque et fraterne") e, "embora possa cooperar no serviço da Igreja, não seja admitido ao exercício dos atos sacerdotais" (AAS 63(1971) 917).

O autor analisa estas "Normas" de 1971. Mas dedica também um capítulo a descrever a "situação sócio-eclesial" de tais sacerdotes, que certamente varia um tanto de região para região e caso para caso, podendo ser bem penosa. Heimerl aponta por isso insuficiências ainda existentes e encerra o seu estu-

do com uma proposta de "texto legislativo" que "poderia ser incorporado às Normas (revisiões) da S. Congregação ou publicado para a Igreja universal num decreto especial, completando o Sínodo" (pp. 91-92). Baste citarmos o primeiro e o último item do texto proposto: "1. Os sacerdotes dispensados das obrigações das Sagradas Ordens e reduzidos ao estado laical devem ser: tratados justa e fraternalmente por todos quantos formam parte da comunidade da Igreja católica.... 4. Procurem os Prelados que os fiéis, tendo em grande estima o sacerdócio ministerial e o celibato, respeitem a decisão de consciência dos sacerdotes reduzidos ao estado laical e os tratem como irmãos". O texto vem formulado também em latim.

F. Laufer S.J.

RESTREPO, Iván: Taizé. Una búsqueda de comunión con Dios y con los hombres. 478 pp., 21 x 13 cm, Ediciones Sígueme, Salamanca 1975.

Realmente um belo e importante livro. Taizé é um fenómeno espiritual que ilumina o nosso século de ecumenismo, século de crises e de novos caminhos nas Igrejas cristãs. Acredito que seja no momento não só o maior livro em números de páginas mas também aquele que com maior diligência e amor penetra no espírito íntimo desta experiência piloto por

uma Igreja renovada. É uma comunidade religiosa, na qual se encontram reunidos fraternalmente irmãos da Igreja Reformada, luteranos, anglicanos; estão ali católicos e um centro ortodoxo. Sem separar-se das suas Igrejas, estão unidos num caminho para a unidade.

Não é, porém, este aspecto eclesial e ecumênico que interessa a Iván Restrepo em pri-

meiro lugar. O seu livro estuda o carisma específico da espiritualidade de Taizé como Comunidade de vida religiosa, nascida no solo do Protestantismo.

Foi no dia 20 de abril de 1940 que Roger Schutz subiu pela primeira vez de bicicleta a colina de Taizé. Tinha 25 anos. Visitara as ruínas da célebre Abadia de Cluny, que exatamente 1000 anos antes estava operando uma grande reforma eclesial. Um bilhete afixado numa janela em Cluny o informou da existência de uma casa em Taizé, a 10 km de distância, que estava à venda. Chegado ali, uma camponesa o animou dizendo: "Compre a casa, fique conosco; estamos tão solitários e isolados aqui" (p. 37).

20 de agosto é a festa de S. Bernardo, outro luminar dessa Borgonha de Citeaux e Claraval. Morreu S. Bernardo em 1153. Na Páscoa de 1953 Roger Schutz leu pela primeira vez à sua Comunidade a nova "Regra de Taizé".

Quem não desejaria conhecer mais de perto o novo Bernardo do século XX? Este jovem Rogério, nascido a 15 de maio de 1915, numa família de pastores reformados, que na idade de 12-13 anos se viu diante duma crise de fé que o levou a viver um longo período de incredulidade! Como conseguiu criar o Taizé de hoje? Isto nos é contado cuidadosamente neste livro.

Na sua longa "Introdução" (pp. 15-91) o autor responde

primeiro à pergunta: "Quem é Roger Schutz"? (18-37); em seguida oferece a "resenha histórica da Comunidade de Taizé" (37-74) e conclui apresentando todas as fontes usadas e o plano do seu estudo (74-91).

O autor merece a nossa gratidão pela delicadeza e a objetividade serena, exata, científica, com que acompanha, sem posições preestabelecidas, o nascer do novo carisma na pessoa de Roger Schutz e o seu desenvolvimento na comunidade religiosa que se forma. É um processo encantador, como o desabrochar de uma flor ou de "uma árvore plantada à beira das águas vivas" do Espírito Santo. O mundo em redor não é nada paradisíaco. É o ambiente da guerra mundial apocalíptico, dos problemas sociais e políticos do após-guerra; são as Igrejas divididas, que felizmente se abriram à busca da unidade. Amsterdam 1948, o Conselho Ecumênico das Igrejas em Genebra, o Concílio Vaticano II são os grandes passos das Igrejas. Como tudo isto impediu, contribuiu e repercutiu na formação desta Comunidade? No livro encontramos respostas.

Iván Restrepo S.J., estava bem preparado para este estudo. Nascido em 1935 na cidade de Medellín, Colômbia, fez a licenciatura filosófica na Universidade Javeriana de Bogotá, cursou teologia na "Bellarmino School of Theology" de North Aurora (Ill., USA) e terminou

com o doutoramento em teologia espiritual na Universidade Gregoriana de Roma. Ao seu desejo de fazer "um estudo sobre a vida religiosa em Taizé" (p. 9) o Prior Roger Schutz anuiu em setembro de 1968, abrindo-lhe as portas da Comunidade. Além das fontes escritas, publicadas ou arquivadas em Taizé, o autor pode fruir várias vezes do convívio com os Irmãos, que sempre eram generosos com latino-americanos. Obteve diversas entrevistas pessoais com o fundador, as quais, gravadas, puderam ser citadas com data e texto literal. O livro foi escrito de 1968 a 1973 no Centro espiritual de "Fontaines", em Chantilly, na França, abrangendo a história até 1970.

O tema específico da obra, o carisma próprio da espiritualidade de Taizé, é desenvolvido histórica e dinamicamente nos seguintes capítulos: "1. O combate interior" (92-143); "2. A oração" (144-188); "3. Os compromissos em geral" (189-246; nós católicos diríamos "os votos"); "4. O celibato" (247-281); "5. A comunhão de bens" (282-308); "6. A aceitação de uma autoridade" (309-383); "7. Taizé, parábola da comunidade" (384-435); "Conclusões" (436-469); "Bibliografia" (470-474).

Quem poderá negar a Taizé um caráter de "sinal de Deus"? Protestantes, deixando-se conduzir pela "dinâmica do provisorio" e pelo "Hoje de Deus" (são dois livros de R. Schutz),

fundaram uma Comunidade Religiosa; depois de cruciais deliberações com "prós" e "contras" se decidiram de assumir compromissos perpétuos dos Conselhos Evangélicos. Tudo isto pouco antes que na Igreja Católica se desencadeasse uma tempestade contra celibato e obediência na vida religiosa! Isto não significa que Taizé seja a restauração da vida religiosa católica no Protestantismo. Entre as "conclusões" de Restrepo lemos a frase "Taizé não parece conformar-se rigorosamente com nenhum dos gêneros de vida religiosa existentes" (p.437). Contudo, é interessantíssimo acompanhar, nos seus detalhes concretos, a evolução deste caminho da graça. É uma certa revisão da vida religiosa no confronto com o Evangelho, que também a comunidades católicas pode dar pistas de renovação. Já em 1934 Roger Schutz tinha apresentado à faculdade (liberal) de teologia em Genebra o seu trabalho "O ideal monacal até São Bento (VI^o séc.) e sua conformidade com o Evangelho", afim de obter a licenciatura.

A segunda importância de Taizé reside no seu caráter profético para o Movimento ecumênico em geral. A pureza de intenção, a humildade em todas as atitudes, a oração e reflexão teológica voltadas a Deus para captar a sua vontade, a firmeza perseverante e amável, unida à flexibilidade perante novos ape-

los: são as virtudes que fizeram de Taizé a realidade que é. Semelhante fidelidade à Bíblia, fidelidade de crítica ao passado e sensibilidade ao Espírito sempre vivo de Deus poderão conduzir o Movimento Ecumênico ao fim visado da unidade da Igreja. "Unanimidade na pluralidade" é o título de um comentário à "Regra de Taizé", ambos escritos pelo Prior. E um dos primeiros livros sobre Taizé salienta esta missão eclesiológica da Comunidade: J.M.Paupert: *Taizé et l'Église de demain*, Paris 1967. Que "O Concílio dos Jovens", anunciado por Roger Schutz na Páscoa de 1970, produza os seus frutos: "Cristo ressuscitado - assim então disse diante de 2.500 jovens - ...nos prepara uma primavera da Igreja, uma Igreja desprovida de poder ... lugar de comunhão visível para toda a humanidade" (p. 73, nota 158). Valor simbólico poderia também ter o que aconteceu à localidade de Tai-

zé. Os Irmãos pediram ao Bispo de Autun, Dom Luciano Lebrun, a cuja diocese Taizé pertence, a licença de poderem usar a igreja românica do lugar. Pois, "seria muito lamentável ter que construir, numa casa pequena, um templo ao lado da Igreja. Seria para nós uma humilhação e um grande sofrimento. Daríamos a impressão de renunciar à nossa profunda razão de ser: a lenta preparação da união dos cristãos". O Bispo concedeu, segundo as normas habituais, a licença para o uso simultâneo da Igreja. Pois Taizé, como afirma o relatório episcopal daqueles anos: "tem 73 habitantes, é um lugarejo moribundo e descristianizado; nos últimos 10 anos não tem tido nenhum batizado, nenhum matrimônio, e 11 mortes" (p. 49). E hoje?... É um grande Centro Religioso de "Comunhão com Deus e com os homens".

P. Fred. Laufer S.J.

OLIVEIRA - GIANESINI SCJ: Pastoral das Vocações. 1. Reflexões em torno de uma experiência. 170 pp., 21 x 14 cm, Edições Paulinas, São Paulo 1973.

Pela assinatura colocada ao fim do prefácio (p. 7) o leitor fica sabendo de que os dois autores são o P. Zézinho (Oliveira) e o P. Vilberto (Gianesini), ambos da florescente "Província sulbrasileira dos Padres do S. Coração de Jesus, também conhecidos como Padres Dehonistas".

Florescente Província pelo motivo - entre outros - de terem continuado com numerosas vocações, provenientes principalmente das famílias rurais e educadas nos Seminários Menor e Maior por sacerdotes "homens com uma visão segura do seu papel" e "porque querem" (p. 17).

Em torno desta experiência de Seminário, e da outra que o P. Zézinho teve através do Brasil, vêm as reflexões dos dois padres jovens, convictos e contentes, sobre as dimensões de "Pastoral das Vocações": conceitos de perfeição (não só no estado religioso mas também no matrimônio), vocação (Deus chama, a comunidade chama, e o jovem responde), "clima vocacional", comunidade motivadora, família, escola, comunidade formadora durante os anos de Seminário, Vocações adultas (os prós e os contras). Instrumentos de pastoral vocacional com muitas indicações práticas de como fazer, até "os posters e cartazes" e "os questionários para garotas" (111-163).

O mais importante do livro é o dinamismo jovem e estimulante que irradia, tanto para repensar conceitos como para agir. O estilo é da geração nova e do P. Zézinho, eletrizante. Diz por exemplo: "por obséquio, não

convidem oradores (para celebrar "o dia do padre" que falam de "parusia, engajamento, inserção" e termos técnicos sem chegar ao coração da juventude... é preciso... ir direto ao assunto" (p. 121).

"Houve um hiato de tempo um tanto quanto longo em que a Igreja do Brasil... se calou, pela incerteza diante de tantos críticos". "Talvez... a fermentação havida nos últimos meses do ano de 1972 e no primeiro semestre do ano de 1973 poderia justificar a assertiva de que o ano de 1972 marcou o reinício de promoção vocacional intensiva no Brasil" (p. 34). - Esperamos que o livro já tenha tido boa viagem pelo Brasil e a possa continuar, entrando pelos olhos de muitos padres, religiosos(as), leigos(as) e jovens de ambos os sexos - para os quais, aliás, P. Zézinho escreveu os seus outros livrinhos da Coleção "Compromisso" (Edições Paulinas).

P. Fred Laufer S.J.